

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Contexto Operacional

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, localizado no Setor de Edifícios Públicos Norte (SEPN) Quadra 508, Bloco A, Ed. Confea - Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho – Brasília-DF, dotado de personalidade jurídica de direito público, funciona como Autarquia Federal Especial, com imunidade tributária e autonomia administrativa e financeira, foi criado pela Lei nº 5.194, de 24 dezembro de 1966, para regular o exercício das profissões de interesse social e humano abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Por meio da Resolução Confea nº 1.030, de 17 de dezembro de 2010, foi instituído o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua (Prodesu), com o objetivo de angariar e gerenciar recursos orçamentários e financeiros para programas voltados à implementação de políticas de sustentabilidade do Sistema Confea/Crea e Mútua.

O Prodesu é integrado por meio de adesão voluntária dos participantes: Confea, Creas e Mútua. A fonte de recursos do Prodesu para a consecução de seu objetivo, decorre das contribuições mensais, sendo: (i) 10% (dez por cento) das receitas de cota-parte do Confea; (ii) 1% (um por cento) das receitas de cota-parte dos Creas; e (iii) 1% (um por cento) da receita proveniente das anotações de responsabilidades técnicas.

A administração do Prodesu é realizada por um Conselho Gestor e os recursos financeiros são geridos pelo Confea, por meio de conta corrente vinculada.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e com a Resolução Confea nº 1.036/2011, que aprovou o Plano de Contas Unificado do Sistema Confea/Crea.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, no exercício de 2019, são: o Balanço Patrimonial (BP); a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); o Balanço Financeiro (BF); o Balanço Orçamentário (BO); a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e as Notas Explicativas (NE). Os dados foram extraídos do Sistema de Controle Contábil, Orçamentário e Despesas (Siscont.net), desenvolvido pela empresa Implanta Informática Ltda.

A prestação de contas anual do Confea é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e na Decisão Plenária nº PL-0077/2014, alterada pela Decisão Plenária nº PL-2327/2015 e posteriormente pela Decisão Plenária nº PL-0064/2019.

As demonstrações contábeis do Conselho Federal (Confea) e dos Conselhos Regionais (Creas) não são consolidadas, visto que cada Conselho possui autonomia administrativa e financeira. As operações realizadas entre os entes do Sistema Confea/Crea são consideradas “transferências interconselhos”, as quais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário” ou “recebedor”). As transferências podem ser voluntárias, neste caso, destinadas à cooperação, auxílio ou

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

assistência, ou decorrentes do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Creas e Mútua (Prodesu).

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

A adoção dos procedimentos contábeis alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) teve início no exercício de 2013, com a implantação do sistema Siscont.net, por meio da implantação do novo plano de contas, aprovado pela Resolução Confea nº 1.036/2011.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das provisões para férias de empregados; depreciações do ativo imobilizado; e provisões para contingências e provisões para créditos de liquidação duvidosa, quando constituídas.

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Conselho Federal não fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

No exercício de 2019, não ocorreram reavaliações, sendo que em 2018 todos os bens imóveis foram reavaliados, de acordo com laudo de avaliação.

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. Para a constituição das provisões judiciais, o Confea considera o posicionamento formal encaminhado por sua Procuradoria Jurídica.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das operações do Conselho Federal.

Cabe ressaltar que para fim de Notas Explicativas, os valores estão apresentados na base de Reais Mil (R\$ Mil) e de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Resumo das Principais Práticas Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do Confea estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicado ao setor público brasileiro, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Financeiro (BF); Balanço Orçamentário (BO); e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir, de forma uniforme e comparativa com o exercício anterior, cabendo ressaltar que as políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição específica em contrário.

Gestão de Risco Financeiro

As operações financeiras do Conselho Federal são realizadas pela Gerência Financeira, que é unidade organizacional subordinada à Superintendência Administrativa e Financeira, conforme Portaria AD nº 364, de 28 de agosto de 2015, que trata da estrutura organizacional do Confea.

As estratégias de gerenciamento de riscos do Conselho Federal e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos em:

(i) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pelo Conselho Federal e aos créditos a receber a curto e a longo prazos (NE 1 e NE 2).

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação às aplicações financeiras, tendo em vista que os recursos são aplicados em instituições financeiras oficiais com liquidez imediata; e ao contas a receber, visto que os recursos provenientes das receitas de cota-parte são particionados diretamente pelas instituições financeiras, nos termos da Resolução Confea nº 1.026/2009, à exceção apenas dos Conselhos Regionais de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

(ii) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado, considerando as aplicações em caderneta de poupança e em fundos de renda fixa lastreados em títulos públicos, aplicados em instituições financeiras oficiais.

(iii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada no Conselho Federal, por meio da Gerência Financeira, subordinada à Superintendência Administrativa e Financeira.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Conselho Federal para assegurar que ele tenha disponibilidade suficiente para atender às necessidades operacionais.

BALANÇO PATRIMONIAL

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho Federal na data de 31 de dezembro de 2019

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

e de 2018 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final de cada exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados (patrimônio líquido) da gestão patrimonial, ao longo de vários exercícios.

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, em consonância ao que dispõe o §3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§3º - as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Os recursos disponíveis são mantidos, exclusivamente, em bancos oficiais (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal) e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em caderneta de poupança e em fundos de investimento em renda fixa, classificados como conservadores, sendo os rendimentos registrados em contas de resultado.

Nos termos do art. 6º da Resolução Confea nº 1.030/2010, o Confea mantém os recursos do Prodesu em contas específicas (vinculadas).

As aplicações financeiras possuem liquidez diária e foram mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Disponibilidades	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	399.030	360.876
Conta movimento	92	326
Conta arrecadação de cota-parte	532	492
Aplicações financeiras	398.406	360.058

Disponibilidades - Prodesu	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa - Prodesu	10.134	13.149
Conta movimento vinculada - prodesu	203	177
Aplicações financeiras vinculadas - prodesu	9.931	12.972

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os direitos provenientes dos valores de cota-parte a receber dos Conselhos Regionais são avaliados pelo valor realizável. O montante de cota-parte é o exemplo de transferência legal “interconselhos”.

Os recebimentos acontecem de forma compartilhada, no momento da arrecadação pelo agente bancário, nos termos da Resolução Confea nº 1.026/2009 (partição na origem), de forma que o Conselho Federal recebe, efetivamente, 15% (quinze por cento) das receitas totais de Anuidade e de Serviços, e 12% (doze por cento) das receitas totais de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Desta forma, os créditos são apropriados e baixados no próprio mês.

Apesar da metodologia de partição na origem, implantada pela Resolução Confea nº 1.026/2009, o Crea-RS e o CREA-SP continuaram a efetuar o repasse devido ao Conselho Federal, com base no art. 36 da Lei nº 6.619/1978, ou seja, até o dia trinta do mês subsequente ao da arrecadação.

Não há registro de ajuste para perdas, inscrição em dívida ativa e prescrição de créditos entre os Conselhos Regionais e Federal. Isto porque a prática de cobrança, controle, dívida ativa, ajuste de perdas e prescrição, é efetuada pelos Conselhos Regionais, em relação aos profissionais da engenharia, agronomia e geociências.

Os valores a receber de curto e longo prazos são registrados pelo valor original, sendo atualizados na data do Balanço Patrimonial, quando aplicável, não tendo sido utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Pública.

Os créditos a curto prazo são compostos por aluguéis vencidos; por cota-parte não particionada de exercícios anteriores; por direitos decorrentes dos julgamentos de prestações de contas de convênios; por inscrição em dívida ativa de associações; por empréstimos concedidos a Creas; por adiantamentos financeiros efetuados à justiça do trabalho para interposição de recursos sobre processos trabalhistas; e demais créditos de pessoas físicas e jurídicas.

O Conselho Federal não constitui provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

As variações mais representativas na comparação entre os Créditos a Curto Prazo dos exercícios de 2019 e 2018, demonstrados nos quadros anteriores, decorrem de (i) alteração no critério de registro dos direitos sobre cota-parte não particionada e cota do prodesu, que passaram a ser registradas na data do crédito bancário, motivado pela demora no recebimento dos demonstrativos elaborados pelos Creas que prejudicam os prazos para fechamento dos balancetes mensais e encerramento do exercício; (ii) transferência do montante do saldo devedor dos empréstimos classificado como de longo prazo, ou seja, das parcelas vencíveis após o término do exercício subsequente, em observância à NBC TSP 1 que trata da apresentação das demonstrações contábeis; (iii) depósito no valor de R\$ 7,8 milhões, a título de adiantamento ao Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, em decorrência de condenação no processo judicial nº 0001108-75.2015.5.10.0021/DF; e (iv) demais créditos e valores de curto prazo.

Créditos a Curto Prazo

R\$ mil

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Títulos	2019	2018
Créditos a Curto Prazo	9.701	5.997
Devedores da entidade - aluguéis de imóveis	131	131
Entidades públicas devedoras - cota-parte não particionada	0	2.507
Entidades públicas devedoras - cota-parte exerc. anteriores	87	87
Entidades públicas devedoras - outros débitos	14	0
Entidades públicas devedoras - outras entidades	656	683
Dívida ativa não tributária - associações	2	0
Empréstimos concedidos - creas	558	2.063
Demais créditos e valores a curto prazo	8.253	526

Créditos a Curto Prazo - Prodesu		R\$ mil
Títulos	2019	2018
Créditos a Curto Prazo - Prodesu	144	795
Entidades públicas devedoras - outros débitos	144	206
Entidades públicas devedoras - cota prodesu	0	589

Já os créditos a longo prazo são compostos por inscrições em dívida ativa de empresas e pela parcela a longo prazo de empréstimos concedidos a Creas.

No exercício de 2019, foi realizada a transferência contábil para longo prazo do montante equivalente às parcelas dos empréstimos vincendas após o término do exercício subsequente, em cumprimento à NBC TSP 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

Os empréstimos foram concedidos pelo Confea com a finalidade de apoio financeiro a Conselho Regional e estão contabilizados pelo valor atualizado, de acordo com os contratos firmados.

Créditos a Longo Prazo		R\$ mil
Títulos	2019	2018
Créditos a Longo Prazo	1.051	84
Dívida ativa não tributária - empresas	74	74
Empréstimos concedidos - creas	967	0
Títulos de empresas estatais - telefonia	10	10

Nota Explicativa 3

Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almoxarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo Confea, com o objetivo de utilização no curso normal de suas

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação, entre outros.

Os bens são avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições e o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos itens.

O Confea constituiu Comissão Especial para a realização do Inventário Anual do Almoxarifado no exercício de 2019, por meio da Portaria nº 396/2019, com os resultados formalizados no processo CF-06635/2019.

Estoques	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Almoxarifado	157	138
Material de consumo	157	138

Nota Explicativa 4

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

No exercício de 2019, o Confea manteve cobertura de seguro dos veículos e imóveis de sua propriedade e ampliou a cobertura aos bens móveis, em valores considerados pela administração suficientes para cobrir qualquer eventualidade.

Além dos seguros, foram registrados os adiantamentos de férias com início no mês de janeiro de 2020 e os descontos da participação dos empregados nas mensalidades dos planos de saúde e odontológico.

Portanto, foram contabilizados os direitos correspondentes aos pagamentos de despesas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	734	543
Prêmios de Seguros - bens móveis e imóveis e veículos	13	4
Adiantamentos de férias	718	538
Participação de empregados - planos de saúde e odontológico	3	1

Nota Explicativa 5

Imobilizado

O ativo imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e imóveis. Estão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

para serem postos em operação, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente no exercício de 2013.

Não houve aquisições no ano de 2019.

O Conselho Federal realiza, anualmente, levantamento geral (inventário) dos bens patrimoniais. No exercício de 2019, foi constituída Comissão Especial para a realização do Inventário Anual de Bens Patrimoniais, por meio da Portaria nº 347/2019, com os resultados formalizados no processo CF-06389/2019.

De acordo com o Relatório da Comissão (Sei 0281047), foi identificada falha na planilha de depreciação do exercício de 2018 que foi corrigida pela comissão e regularizada contabilmente em 2019, sendo a variação mais expressiva na conta de equipamentos de processamento de dados.

Os quatro imóveis de propriedade do Confea foram reavaliados a valor de mercado no exercício de 2018, com os resultados formalizados no processo CF-07050/2018.

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, de acordo com as taxas de depreciação anual dos bens, definidas no Anexo III da Resolução Confea nº 1.036/2011, à exceção dos imóveis, que se encontram avaliados a mercado, de acordo com reavaliação realizada no exercício de 2018.

O Conselho Federal adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Imobilizado	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Imobilizado - Bens Móveis e Imóveis	111.402	119.473
Mobiliário em geral	728	1.005
Máquinas, motores e aparelhos	2.799	4.191
Veículos	334	362
Equipamentos de processamento de dados	13.314	19.631
Biblioteca	28	28
Outros bens móveis	44	68
Bens móveis diversos	132	165
Edifícios (imóveis)	94.023	94.023

Nota Explicativa 6

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo

Corresponde às obrigações relacionadas a Pessoal e Encargos Sociais a Pagar, as quais são reconhecidas pelo valor original.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

O saldo apresentado na conta de Pessoal a Pagar refere-se às verbas rescisórias de 26 (vinte e seis) ex-empregados que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), instituído pela Portaria nº 321/2019.

O saldo de Impostos e Contribuições a Recolher refere-se a Imposto de Renda (IRRF) e Contribuições Previdenciárias (INSS) retidos de empregados e pensionistas na folha de pagamento do mês de dezembro de 2019.

Cabe ressaltar que até o exercício de 2018, as retenções de IRRF de empregados e pensionistas foram registradas no grupo de Obrigações Fiscais a Curto Prazo (tributos federais), cujo efeito foi de R\$ 1.557.102,65 (NE 8).

Porém, a partir de 2019, a classificação foi devidamente alterada para o grupo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo (vide NE 8).

O saldo de Encargos Sociais a Pagar, no total de R\$ 1.624.739,50 (INSS Patronal: R\$ 1.124.768,77; FGTS: R\$ 429.970,73; e PIS: R\$ 70.000,00), foi registrado, excepcionalmente, na conta “Fornecedores”, assim como as Verbas Indenizatórias dos 26 (vinte e seis) ex-empregados que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), ambas devido a funcionalidade padrão (“default”) do sistema Siscont.net para inscrição de despesas em Restos a Pagar que utiliza a referida conta. A classificação da obrigação não afeta a classificação das despesas nas contas de resultado (vide NE 7).

As obrigações com Encargos Sociais a Pagar são registradas pelo regime de competência e os recolhimentos são feitos de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	2.345	149
Pessoal a pagar	686	0
Impostos e contribuições a recolher	1.659	0
Encargos sociais a pagar (NE 7)	0	149

Nota Explicativa 7

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Representam as obrigações assumidas e inscritas em Restos a Pagar Processados, em circulação ao final do exercício de 2019, a serem pagas no exercício seguinte: (i) Fornecedores (entrega de bens e serviços); (ii) Empregados (PDV); (iii) Encargos Sociais (INSS Patronal, FGTS e PIS); (iv) Processo Trabalhista nº 0001108-75.2015.5.10.0021/DF (vide NE 2); e (v) Conselhos Regionais (Prodesu, Regime de Recuperação do Equilíbrio Financeiro - RREF e Linha de Crédito aprovada pela Decisão Plenária nº PL-1125/2019 para elaboração de projetos executivos, construção ou reforma/ampliação de sede e/ou inspetoria).

No exercício de 2019, as obrigações de curto prazo foram, integralmente, inscritas em Restos a Pagar Processados, com base nas informações dos fiscais de contratos e nos termos dos

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

convênios firmados pelo Conselho Federal.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		R\$ mil
Títulos	2019	2018
Fornecedores Nacionais	83.238	1.542
Fornecedores - bens e serviços	9.717	239
Fornecedores - patrocínios e locação de estandes	1.131	0
Empregados - adesão ao PDV (vide NE 6)	21.000	0
Encargos sociais - INSS, FGTS e PIS (vide NE 6)	1.625	1.303
Processo trabalhista nº 0001108-75.2015.5.10.0021/DF	7.500	0
Conselhos regionais - recuperação equilíbrio financeiro	3.014	0
Conselhos regionais - decisão plenária nº PL-1125/2019	39.251	0

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - Prodesu		R\$ mil
Títulos	2019	2018
Fornecedores Nacionais - Prodesu	7.026	0
Conselhos regionais - prodesu	7.026	0

Nota Explicativa 8

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Este grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, decorrentes das retenções de tributos federais, contribuições previdenciárias e impostos sobre serviços, em conformidade com as legislações vigentes, calculadas sobre os pagamentos de fornecedores de bens e/ou serviços, cujos recolhimentos são efetuados, de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

O saldo de Impostos e Contribuições a Recolher refere-se a Imposto de Renda (IRRF) e Contribuições Previdenciárias (INSS) retidos de empregados e pensionistas na folha de pagamento do mês de dezembro de 2019.

Cabe ressaltar que até o exercício de 2018, as retenções de IRRF de empregados e pensionistas eram registradas no grupo de Obrigações Fiscais de Curto Prazo (tributos federais), com efeito de R\$ 1.557.102,65.

Porém, a partir de 2019, a classificação foi devidamente alterada para o grupo de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo (NE 6).

Obrigações Fiscais a Curto Prazo		R\$ mil
Títulos	2019	2018

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Obrigações Fiscais a Curto Prazo	212	1.726
Tributos federais e contribuições previdenciárias (NE 6)	46	1.621
Tributos municipais	166	105

Nota Explicativa 9

Obrigações de Repartição a Outros Entes

Este grupo apresenta as obrigações financeiras pendentes de pagamentos que dependem de análise de prestações de contas de convênios ainda não encaminhadas ao Plenário e também outras obrigações junto a terceiros.

As obrigações financeiras relacionadas aos Conselhos Regionais, sem relação ao Prodesu, referem-se às seguintes decisões plenárias:

- Decisão Plenária nº PL-1625/2009 - Auxílio Financeiro para realização do Congresso Estadual de Profissionais (CEP 2020);
- Decisão Plenária nº PL-0304/2013 - Auxílio Financeiro para realização do Congresso Estadual de Profissionais (CEP 2013);
- Decisão Plenária nº PL-1298/2016 - Autoriza o reembolso de despesas do processo eleitoral de 2016;
- Decisão Plenária nº 2959/2016 - Aprova o plano de trabalho referente ao programa de recuperação da capacidade de pagamento do Crea-CE;
- Decisão Plenária nº PL-1331/2017 - Aprova a abertura de linha de crédito para a concessão de auxílio financeiro decorrente do estado de calamidade no estado de Pernambuco-PE;
- Decisão Plenária nº PL-1347/2017 - Aprova o plano de trabalho referente ao programa de reengenharia econômica, financeira e administrativa do Crea-RR; e
- Decisão Plenária nº PL-1358/2017 - Aprova a abertura de linha de crédito para a concessão de auxílio financeiro para construção, reforma ou ampliação, de sedes ou inspetorias de Creas.

Obrigações de Repartição a Outros Entes	R\$ mil	
Títulos	2019	2018
Obrigações de Repartição a Outros Entes	11.105	12.261
Entidades públicas credoras - creas - PL-1625/2009	15	15
Entidades públicas credoras - creas - PL-0304/2013	33	33
Entidades públicas credoras - creas - PL-1298/2016	86	86
Entidades públicas credoras – creas – PL-2959/2016	10	10
Entidades públicas credoras - creas - PL-1331/2017	294	294
Entidades públicas credoras - creas - PL-1347/2017	896	896
Entidades públicas credoras - creas - PL-1358/2017	5.407	8.568

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Entidades públicas credoras - entidades - outras obrigações	32	40
Credores da entidade - demais credores	4.332	2.319

Obrigações de Repartição a Outros Entes - Prodesu		R\$ mil
Títulos	2019	2018
Obrigações de Repartição a Outros Entes - Prodesu	1.374	2.678
Entidades públicas credoras - creas - Prodesu	1.374	2.678

Nota Explicativa 10

Provisões a Curto Prazo

No grupo de provisões, são registrados os valores lançados a título de provisões de férias e de 13º salário, com respectivos encargos.

As provisões de férias são constituídas com base nos períodos aquisitivos de cada empregado, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo Sistema de Folha de Pagamento.

Os saldos referentes às provisões para 13º salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela no mês de dezembro de 2019.

Provisões a Curto Prazo		R\$ mil
Títulos	2019	2018
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	5.864	6.114
Provisões de Férias	5.864	6.114

Nota Explicativa 11

Demais Obrigações a Curto Prazo

As consignações compreendem os valores retidos de empregados (mensalidades de planos de saúde e odontológico, de previdência privada, de sindicato e de associação; pensões alimentícias; e empréstimos consignados) que são repassadas no próprio mês ou no mês subsequente, conforme prazos estabelecidos.

A variação do exercício de 2018 para 2019 decorre, principalmente, das pensões alimentícias retidas nos adiantamentos de férias e nas rescisões decorrentes do PDV, no valor total de R\$ 25.487,71, e dos empréstimos consignados retidos nas rescisões decorrentes do PDV, no montante de R\$ 36.777,09.

As garantias decorrem de provisões contratuais firmadas pelo Confea com terceiros para garantia da efetiva prestação de serviços.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os créditos bancários a identificar representam valores depositados por terceiros, em conta corrente de titularidade do Conselho Federal, sem a devida identificação do depositante e/ou finalidade.

Os registros neste grupo são efetuados pelo valor original das transações.

Demais Obrigações a Curto Prazo		R\$ mil	
Títulos	2019	2018	
Demais Obrigações a Curto Prazo	116	58	
Consignações - folha de pagamento	74	7	
Garantias	6	6	
Créditos bancários a identificar	36	45	

Nota Explicativa 12

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit (ou déficit) patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores, quando houver.

O resultado patrimonial do exercício de 2019 foi deficitário de R\$ 55.456.383,96, em decorrência da utilização de caixa de exercícios anteriores para cobertura de despesas aprovadas nas reformulações orçamentárias, com fonte de recursos do Superávit Financeiro Acumulado, nos termos previstos na Lei nº 4.320/1964.

Patrimônio Líquido		R\$ mil	
Títulos	2019	2018	
Resultados Acumulados	421.069	476.525	
Superávit acumulado	421.069	476.525	

Nota Explicativa 13

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado no Balanço Patrimonial (BP), em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. No exercício de 2019, foi apurado Superávit Financeiro, no Confea e no Prodesu, no valor de R\$ 313.699.220,19.

Resultado Financeiro - Total		R\$ mil	
Resultado Financeiro - Total	2019	2018	
(+) Ativo Financeiro - Total	419.117	375.094	

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

(-) Passivo Financeiro - Total	105.418	36.198
(=) Superávit Financeiro - Total	313.699	338.896
Resultado Financeiro - Confea		R\$ mil
Resultado Financeiro - Confea	2019	2018
(+) Ativo Financeiro - Confea	408.839	361.150
(-) Passivo Financeiro - Confea	97.018	27.404
(=) Superávit Financeiro - Confea	311.821	333.746
Resultado Financeiro - Prodesu		R\$ mil
Resultado Financeiro - Prodesu	2019	2018
(+) Ativo Financeiro - Prodesu	10.278	13.944
(-) Passivo Financeiro - Prodesu	8.400	8.794
(=) Superávit Financeiro - Prodesu	1.878	5.150

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Déficit Patrimonial do exercício de 2019 decorreu, principalmente, de (i) novas despesas em relação ao exercício anterior, como: plano de demissão voluntária, patrocínios, locação de estandes e auxílio financeiro para o regime de recuperação do equilíbrio financeiro; e do (ii) aumento de despesas, como: diárias, passagens aéreas e publicidade. Nos dois casos, as despesas foram aprovadas no orçamento do Confea para a consecução de seus objetivos.

Resultado Patrimonial	R\$ mil	
Resultado Patrimonial	2019	2018
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	193.777	187.175
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	249.233	166.904
(=) Superávit Patrimonial (+) ou Déficit Patrimonial (-)	(55.456)	20.271

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com o art. 103 da

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Lei nº 4.320/1964.

Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. No final de 2019, o saldo financeiro foi de R\$ 417.127.300,29.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro, no valor de R\$ 42.884.226,91, pode ser apurado diretamente pela diferença entre a disponibilidade do exercício atual e a do exercício anterior, ou pelas fontes de ingressos e dispêndios.

O resultado financeiro, apurado pelos ingressos e dispêndios, leva em consideração apenas os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, realizados no exercício. Por este motivo, não deve ser confundido com o Superávit ou Déficit Financeiro, que é apurado no Balanço Patrimonial.

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários, são evidenciados, especialmente, os valores inscritos em restos a pagar e os pagamentos de exercícios anteriores, inclusive os cancelamentos de restos a pagar, a movimentação de depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, entre outros.

Resultado Financeiro - Disponibilidades	R\$ mil	
Resultado Financeiro - Disponibilidades	2019	2018
(+) Saldo em espécie para o exercício seguinte	417.127	374.243
(-) Saldo em espécie do exercício anterior	(374.243)	(328.452)
(=) Resultado Financeiro - Disponibilidades	42.884	45.791

Resultado Financeiro - Ingressos e Dispêndios	R\$ mil	
Resultado Financeiro - Ingressos e Dispêndios	2019	2018
(+) Receitas orçamentárias	196.992	186.916
(-) Despesas orçamentárias	(224.174)	(126.647)
(+) Recebimentos extraorçamentários	172.101	110.066
(-) Pagamentos extraorçamentários	(102.035)	(124.544)
(=) Resultado Financeiro - Ingressos e Dispêndios	42.884	45.791

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, previstas e realizadas, detalhadas em níveis relevantes de análise, e reflete também as alterações do orçamento original, quando houver a aprovação de créditos adicionais, previstos no título V da Lei nº 4.320/1964.

O confronto entre o total das receitas arrecadadas e o das despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo (superávit orçamentário) ou negativo (déficit orçamentário).

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

A Resolução Confea nº 1.037, de 21 de dezembro de 2011, institui normas para elaboração de propostas e reformulações orçamentárias para o Sistema Confea/Crea e Mútua.

De acordo com os artigos 22 e 23 da Resolução Confea nº 1.037/2011, é vedada a transposição de dotação orçamentária de uma categoria econômica para outra sem a homologação pelo Plenário do Confea. Porém, tal homologação é dispensada nos casos de transposição de recurso orçamentário de um elemento de despesa para outro.

A proposta orçamentária do Confea para o exercício de 2019, no valor de R\$ 160.000.000,00, aprovada pela Decisão Plenária nº PL-1950/2019, consta de forma detalhada no Balanço Orçamentário.

As despesas foram fixadas por unidade de centro de custo, a fim de possibilitar a evidenciação analítica das despesas orçadas, executadas e pagas.

Receitas Orçamentárias - Previsão Inicial	R\$ mil
Receitas Orçamentárias - Previsão Inicial	2019
(+) Receitas Correntes - Previsão Inicial	159.450
Cota-parte	137.000
Receita de serviços	10
Financeiras	15.000
Transferências correntes - prodesu	4.275
Outras receitas correntes	165
Receita de devolução de auxílios	3.000
(+) Receitas de Capital - Previsão Inicial	550
Amortização de empréstimos	550
(=) Total das Receitas Orçamentárias - Previsão Inicial	160.000

Despesas Orçamentárias - Fixação Inicial	R\$ mil
Despesas Orçamentárias - Fixação Inicial	2019
(+) Despesas Correntes - Fixação Inicial	150.956
Pessoal e encargos sociais	58.942
Outras despesas correntes (benefícios, bens, diárias e serviços)	59.083
Tributárias e contributivas	101
Demais despesas correntes (sentenças judiciais e restituições)	5.520
Serviços bancários	2.000
Transferências correntes (prodesu e auxílio financeiro a creas)	25.310
(+) Despesas de Capital - Fixação Inicial	9.044
Investimentos (aquisição de bens patrimoniais)	69
Transferências de capital (prodesu)	8.975

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

(=) Total das Despesas Orçamentárias - Fixação Inicial	160.000
---	----------------

Abertura de créditos adicionais para o Orçamento de 2019

Com base no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964 e na Resolução Confea nº 1.037/2011, o Plenário do Confea aprovou a abertura de créditos suplementares para o Orçamento de 2019.

As três reformulações orçamentárias do exercício de 2019 permitiram a suplementação de R\$ 108.969.000,00 sobre as despesas fixadas no orçamento inicial.

A 1ª Reformulação Orçamentária do exercício de 2019, no valor de R\$ 126.149.150,00, foi aprovada, por unanimidade, pela Decisão Plenária nº 0567/2019, na data de 24 de abril de 2019, alterando o orçamento inicial de R\$ 160.000.000,00 para R\$ 286.149.150,00.

A 2ª Reformulação Orçamentária do exercício de 2019, no valor de R\$ 5.670.000,00, foi aprovada, por unanimidade, pela Decisão Plenária nº 0811/2019, na data de 31 de maio de 2019, alterando o orçamento de R\$ 286.149.150,00 para R\$ 291.819.150,00.

Já a 3ª Reformulação Orçamentária do exercício de 2019, aprovada, por unanimidade, pela Decisão Plenária nº 1852/2019, na data de 28 de novembro de 2019, reduziu o orçamento no valor de R\$ 22.850.150,00, passando de R\$ 291.819.150,00 para R\$ 268.969.000,00.

A fonte de recursos utilizada para as Reformulações Orçamentárias do exercício de 2019 foi o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2018 (NE 12).

Os demonstrativos seguintes apresentam o Orçamento Inicial e Atualizado (Final) do exercício de 2019, com os efeitos das reformulações orçamentárias, tanto para as receitas, quanto para as despesas:

Receitas Orçamentárias Previstas - Exercício 2019	R\$ mil	
Receitas Orçamentárias Previstas - Exercício 2019	Inicial	Atualizado
(+) Receitas Correntes	159.450	159.450
Cota-parte	137.000	137.000
Receita de serviços	10	10
Financeiras	15.000	15.000
Transferências correntes - prodesu	4.275	4.275
Outras receitas correntes	165	165
Receita de devolução de auxílios	3.000	3.000
(+) Receitas de Capital	550	109.519
Amortização de empréstimos	550	550
Saldo de exercícios (utilização de superávit financeiro)	0	108.969
(=) Total das Receitas Orçamentárias	160.000	268.969

Despesas Orçamentárias Fixadas - Exercício 2019

R\$ mil

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Despesas Orçamentárias Fixadas - Exercício 2019	Inicial	Atualizado
(+) Despesas Correntes	150.956	211.705
Pessoal e encargos sociais	58.942	84.037
Outras despesas correntes (benefícios, bens, diárias e serviços)	59.083	89.985
Tributárias e contributivas	101	99
Demais despesas correntes (sentenças judiciais e restituições)	5.520	11.870
Serviços bancários	2.000	834
Transferências correntes (prodesu e auxílio financeiro a creas)	25.310	24.880
(+) Despesas de Capital - Fixação Inicial	9.044	57.264
Investimentos (aquisição de bens patrimoniais)	69	2.339
Transf. de capital (prodesu e crédito p/ construção e reforma)	8.975	54.925
(=) Total das Despesas Orçamentárias - Fixação Inicial	160.000	268.969

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário foi extraído do Balanço Orçamentário e apresentou um déficit orçamentário de R\$ 27.181.869,19, no exercício de 2019.

No âmbito orçamentário, o déficit ocorre quando as despesas empenhadas superam as receitas arrecadadas, que significa que os gastos foram superiores ao arrecadado no exercício.

Neste caso, parte do Superávit Financeiro Acumulado de 2018 foi utilizada como fonte de recursos para o empenhamento das despesas aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

Resultado Orçamentário	R\$ mil	
Resultado Orçamentário	2019	2018
(+) Receitas arrecadadas	196.992	186.916
(-) Despesas empenhadas	(224.174)	(126.647)
(=) Resultado Orçamentário	(27.182)	60.269

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Federal em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2019

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Júlio César Gonçalves de Miranda
Gerente de Orçamento e Contabilidade
CRC-DF 7861/O-0

Jadir José Alberti
Superintendente Administrativo e Financeiro

Eng. Civ. Joel Krüger
Presidente